

1. INTRODUÇÃO

A escola pública no Brasil luta pela democratização, gratuidade e o financiamento. Ao falarmos sobre o financiamento e a gratuidade do ensino em nosso país precisamos lembrar que eles foram consequência de um lento processo histórico.

No período colonial, no primeiro império, nas regências e também no segundo reinado, a educação sempre foi deixada em segundo plano. Era certo que teria que estudar, mas não havia quem financiasse a educação, ficando a educação nas mãos dos Jesuítas, que basearam a mesma na religião, filosofia e no tradicionalismo, financiados pela renda das igrejas, pois tinha concessões de terras e privilégios comerciais.

Por volta de 200 anos a educação ficou para a elite branca e os índios aculturados. Em 1759 foi expulsa a ordem jesuítica de todo Brasil e estabeleceu-se um caos completo nas escolas coloniais.

Em 1772 foi criado o primeiro imposto exclusivo para financiar a manutenção do ensino primário e médio, inclusive os pagamentos dos professores “subsídio literário”. E houve algumas melhorias com a chegada da família real ao nosso país, criando escolas e cursos superiores que atendiam as famílias lusitanas e a elite brasileira.

Nossa primeira constituição de 1824 que vigorou até a proclamação da república em 1889 definia em seu artigo 179, parágrafo 32, que “*a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos*” este texto Constitucional não apontava as origens dos recursos necessários para financiar esta educação.

Em 15 de outubro de 1827 foi editada a primeira Lei da Instrução Pública, estabelecendo que “*em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias.*” Também definia que os presidentes de províncias eram os responsáveis pelos professores, esses se não tivessem formação para ensinar teriam que providenciar a necessária preparação em curto prazo as suas custas.

Na república foi criado o Ministério da Instrução Pública sob responsabilidade de Benjamin Constant que propôs uma importante reforma educacional. Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição Republicana que

consagrou o sistema educacional que existia no Brasil desde a época do império, mantendo a descentralização e na prática reservou: *à União a responsabilidade sobre a educação superior para todo o país, o ensino secundário para os estados e a educação do Distrito Federal, aos Estados era delegada a competência pra a prover e legislar sobre a educação primaria e o ensino profissionalizante.*

Em 14 de novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e é dessa época a idéia de criar um fundo de financiamento para educação no Brasil. Foi através de um manifesto encabeçado por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho que resultou uma carta magna que estabelecia entre outras coisas:

- O desenvolvimento da educação é responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios;
- A necessidade de fixar as diretrizes da educação nacional e a elaboração de um plano nacional de educação, que compreendesse todos os níveis de ensino. Este plano deveria ter sua execução acompanhada pela União;
- Criação dos conselhos de Educação nos estados e Distrito Federal.

Nesse pequeno histórico vemos que nem sempre foi fácil ter recursos para a educação e tivemos ao longo desse processo várias conquistas que somadas formam hoje um suporte para o desenvolvimento da educação mais palpável, mas ainda muito limitado e passível de fraudes.

Com a Constituição de 1988 baseando-se na crença de que a educação é o melhor caminho rumo a uma sociedade mais justa e pacífica, foi definido o seguinte: *“A educação, o direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”* Constituição Federal de 1988, Art. 205.

Ainda, com relação ao ensino público, o artigo 212, definiu a porcentagem de recursos que deve ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino. *“A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”*

O fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério FUNDEF foi criado em 1996 e teve duração de nove anos até ser incorporada também a educação infantil, intitulando-se a partir de 2007 FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que terá vigência até 2.020.

O FUNDEB foi implantado no dia 1º de janeiro de 2007, sendo realizado de forma gradual, seu principal objetivo é a “... *manutenção ao desenvolvimento da educação pública e a valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observando o disposto nesta lei*” (artigo 2º da Lei nº 11.494)

Assim, gerir os fundos que são destinados a educação requer responsabilidade e seriedade. É necessário utilizar os recursos de forma consciente e eficaz. A legislação dá subsídios para melhorar os rumos da educação, e usa a equidade para poder atender a todos, baseando sempre a distribuição de recursos recolhidos pelo número de alunos atendidos.

Muitas vezes quem mais precisa de recurso é quem menos recolhe fundo, mas com a lei paritária do Fundeb, é feita a redistribuição e tenta-se dessa forma atender a toda a população de forma organizada e mais justa.

2. HISTÓRICO DE LAURENTINO

O senhor João Venceslau Pereira foi o primeiro desbravador de Laurentino no ano de 1908, as margens do rio Itajaí do Oeste ele construiu sua casa, mas no ano de 1911 uma enchente que elevou o rio a 16,6m o fez transferir sua moradia para local mais alto, lá construiu uma serraria, um moinho manual e uma casa de comércio. Pouco depois o desbravador mudou-se novamente e foi morar em Presidente Getúlio, nunca mais retornando.

Muitos aventureiros passaram por essas terras até 1912, mas nenhum se estabeleceu. Com a chegada dos imigrantes alemães e italianos é que a colonização da área efetivamente começou. Laurentino emancipou-se em 12 de junho de 1962 e foi promulgado município pela lei nº830. Recebeu o nome de Laurentino em homenagem a um cidadão chamado Manuel Laurentino de Andrade, ele tinha habilidade em construir poços e sendo muito procurado com a identificação: "... vamos lá no Laurentino".

O histórico educacional de leis de criação das secretarias Laurentino teve início com as irmãs catequistas. No início eram apenas duas freiras que lecionavam atrás da casa do padre, aos poucos foram sendo criados a escola estadual e o município a partir de sua emancipação foi construindo escolinhas isoladas para atender as comunidades que não foram contempladas pelo estado.

Na década de noventa foram municipalizadas as escolinhas isoladas estaduais passando a ser administradas pelo município. No ano de 1999 todas as escolas isoladas do município foram desativadas e reunidas numa única escola. A Escola Municipal Honorata Stédille, localizada no bairro Vila Nova. Deste momento em diante, o município intensificou o transporte escolar e as melhorias para a educação foram muito significativas. A escola que no início tinha quatro salas de aula hoje possui no total 10 salas em uso além de biblioteca, sala de professores, refeitório, palco pátio coberto, ginásio de esportes, além de professores de ensino infantil e fundamental, de inglês, educação física, artes, música, orientador pedagógico, auxiliares de serviços gerais, merendeiras, vigia, nutricionista, secretária e diretora. Estrutura que antes nas escolas isoladas era impossível ter e manter.

A educação infantil no município de Laurentino começou com o jardim de infância, que funcionava com duas professoras cedidas pelo estado, na década de setenta, depois passou para a responsabilidade do município com o jardim de infância Girassol, que funcionou por um grande período no prédio atualmente usado pela secretaria de educação de Laurentino. Atendia crianças de 4 e 5 anos, e o pré escolar estava ao encargo da rede Estadual, a partir do ano de 2007 a rede municipal assumiu o pré-escolar. Os centro de educação infantil atendem crianças de zero a 4 anos e 11 meses , e o pré-escolar atende as crianças de 4 e 5 anos e 11 meses.

3. DIAGNÓSTICO

A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, busca assegurar um ensino público de qualidade social com a universalização do atendimento na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no ensino Especial, e na Educação de Jovens e Adultos, criando condições igualitárias de acesso e fruição à educação.

O monitoramento e controle de programas, o cuidado e manutenção dos bens, e a preocupação com os recursos humanos, é uma das principais prioridades de uma gestão responsável.

Diante disso a secretaria conta com a seguinte distribuição de funcionários:

Tabela 1: Funcionários da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes 2011.

Formação	Ensino fundamental	Cursando graduação	Graduação	Pós graduação	Total	Act	Efetivo
Secretária de Educação, Cultura e Esporte	-	-	-	01	01	-	01
Professora Assistente de Coordenação do 24º NAES	-	-	-	01	01	-	01
Professora Assistente de Coordenação da Secretaria de Educação	-	-	-	01	01	-	01
Professora	-	-	-	01	01	-	01
Professor de Educação Física	-	-	-	01	01	-	01
Auxiliar Administrativo	-	01	--	--	01	--	01
Agente de serviços gerais	02	-	-	-	02	--	02
Nutricionista	-	-	01	--	01		01
TOTAL	02	01	01	05	09		09

Fonte: Recursos Humanos da Prefeitura de Laurentino

3.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil no município de Laurentino atende cerca de 260 crianças com idade de 0 a 5 anos e 11 meses essa demanda é atendida atualmente por 2 Centros de Educação Infantil e 1 unidade pré-escolar, funcionando na Escola Municipal Honorata Stédille.

O pré-escolar atende aproximadamente 74 crianças com faixa etária de 4 a 5 anos e 11 meses. O Centro de Educação Dona Normy fica localizado no centro do município, na Rua Hetore Losi. Atende aproximadamente 150 crianças com faixa

etária de 0 a 4 anos, divididas em 8 salas de aula. Conta com 24 professoras e 6 agentes de serviços gerais. O Centro de Educação Infantil Arco Iris está localizado na rodovia SC-302, atende aproximadamente 45 crianças divididas em 3 salas de aula. Possui 6 professoras e 2 agentes de serviços gerais.

As unidades de Educação Infantil possuem sua concepção filosófica norteadora do ensino aprendizagem a partir dos referenciais curriculares nacionais da educação infantil e no Plano Político Pedagógico fundamentada na Pedagogia Histórico-Cultural.

Tabela 2: Centros de Educação Infantil por rede de ensino

REDE	2007	2008	2009	2010
MUNICIPAL	02	02	02	02
ESTADUAL	--	--	--	-
PARTICULAR	--	--	--	-
TOTAL	02	02	02	02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Tabela 3: Matrículas por rede de ensino na Educação Infantil

REDE	2007	2008	2009	2010	2011
MUNICIPAL	127	131	158	173	195
ESTADUAL	--	--	--	-	-
PARTICULAR	--	--	--	-	-
TOTAL	127	131	158	173	195

Fonte: Centros de Educação Infantil

Tabela 4: Número de matrículas na Pré-escola por rede de ensino

REDE	2007	2008	2009	2010	2011
MUNICIPAL	50	71	50	86	74
ESTADUAL	62	-	-	-	-
PARTICULAR	--	--	--	-	-
TOTAL	112	71	50	86	74

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Honorata Stédille

Com base nos dados acima, nota-se que a demanda por matrícula na educação infantil está crescendo proporcionalmente e para nos adequar a, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996, que fala o seguinte: Art. 30 “A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré – escolas para crianças de quatro a seis anos de idade”. fez-se necessário a construção de um novo centro de educação infantil, o que está em andamento pela atual administração.

3.2. ENSINO FUNDAMENTAL

Atualmente o Ensino Fundamental no município é atendido pela rede municipal para aproximadamente 256 alunos e na rede estadual 506 alunos. A Escola Municipal Honorata Stédille possui sua concepção filosófica norteadora do processo ensino-aprendizagem a partir dos PCNs, LDB, Proposta Curricular de Santa Catarina, Sistema Municipal de Educação e no Plano Político Pedagógico. Fundamentada na Pedagogia Histórico-Cultural.

A Escola Municipal em sua estrutura física possui: 01 sala de Direção, 01 Biblioteca/Sala de leitura, 01 Secretaria, 01 Sala dos professores, 01 Sala de TV/ vídeo e informática, 01 cozinha, 01 Refeitório para funcionários, 01 Refeitório em pátio coberto, 01 depósito de alimentos, 01 ginásio de esporte, 8 salas de aula, 04 sanitários masculino para alunos, 04 sanitários feminino para alunos, 01 sanitários para funcionários, 01 parque infantil, 01 horta escolar, 01 depósito (materiais de Educação física), 01 escovódromo.

Tabela 5: Número de Instituições de Ensino Fundamental

REDE	2007	2008	2009	2010	2011
MUNICIPAL	01	01	01	01	01
ESTADUAL	01	01	01	01	01
PARTICULAR	--	--	--	-	-
TOTAL	02	02	02	02	02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Tabela 6: Número de matrículas no Ensino Fundamental por rede de ensino

REDE	2007	2008	2009	2010	2011
MUNICIPAL	171	188	226	199	256
ESTADUAL	568	606	548	647	506
PARTICULAR	--	--	--	--	--
TOTAL	739	794	774	846	762

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

3.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Em um país como o Brasil, marcado por graves desníveis sociais, pela situação de pobreza de grande parcela da população e por uma tradição política pouco democrática, os baixos níveis de escolarização estão fortemente associados a outras formas de exclusão econômica, social e política. Presencia-se diariamente a degradação do ser humano, principalmente daquele que não possui capital e educação formal. Buscando resgatar estes indivíduos e devolvê-los a sua condição cidadã, entende-se que cabe ao poder público empenhar esforços na mobilização e construção coletiva do paradigma de direitos, principalmente aos que se encontram à margem dos bens sociais produzidos pela sociedade brasileira.

Neste sentido, a Secretaria Municipal da Educação de Laurentino em parceria com a Secretaria Estadual de Educação mantém o Programa de Educação de Jovens e Adultos para atender a todos os que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, em idade apropriada.

Aquele que procura a Educação de Jovens e Adultos busca respostas às contradições de uma sociedade capitalista marcada pela desigualdade, pela competição no mercado de trabalho, pelo surgimento das novas tecnologias que exigem o domínio de instrumentos da cultura letrada.

A Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

3.3.1 Núcleo Avançado de Ensino Supletivo

No município, o Núcleo Avançado de Ensino Supletivo (NAES) é regido administrativamente pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) do núcleo de Rio do Sul, tendo sua regularização e autorização pelo Parecer estadual 459/89. Possui concepção didático-pedagógica com a finalidade de garantir um ensino de qualidade para que se tenha uma sociedade voltada aos valores humanos, sociais e profissionais, tendo como base norteadora a Proposta Curricular de Santa Catarina.

O NAES tem sua sede em anexo a Secretaria Municipal de Educação, com uma boa infra-estrutura para atender a demanda atual, possuindo 03 salas de aula bem iluminadas e ventiladas, 01 banheiro coletivo. Os docentes da EJA do município são professores efetivos e contratados e todos com graduação e formados nas áreas afins.

Atualmente a Educação de Jovens e Adultos atende 176 alunos nos períodos matutino e noturno. Salienta-se que a modalidade de ensino é modular, existindo alunos no aguardo de abertura de novos módulos. O NAES atende nos níveis de alfabetização, nivelamento, Ensino Fundamental e Médio.

Tabela 7: Número matrículas EJA

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>ANO</i>	<i>ENSINO FUNDAMENTAL</i>	<i>ENSINO MÉDIO</i>
Rio do Oeste e Laurentino	2005	104	88
	2006	84	115
	2007	64	61
	2008	31	65
	2009	54	39
Laurentino	2010	97	79
Laurentino	2011	72	63

Fonte: Secretaria do 24º Naes de Laurentino

4. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A formação dos trabalhadores em educação visa desenvolver a capacidade de inserção do profissional na realidade educacional, compreendendo-a, problematizando-a e transformando-a, para produzir conhecimento. Daí a necessidade de buscar a formação de educadores capazes de mobilizar diferentes conhecimentos de diferentes naturezas, na concretização de seu trabalho, seja ele técnico ou docente. O objetivo é preparar os trabalhadores em educação para o desenvolvimento humano e social do educando, tendo como referencial as diferentes fases da vida, em sua diversidade. Na escola, além do professor, todos, em suas funções, desempenham o papel de educador.

Tabela 8: Atual quadro de funcionários das Unidades Escolares Municipais – 2011.

FORMAÇÃO	ACT	EFETIVO	TOTAL	GRADUADO	PÓS GRADUAÇÃO	CURSANDO graduação	ENSINO MÉDIO	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental incompleto
Magistério	01	--	01	--	--	--	-	-	
2º grau – outro curso	--	--	--	--	--	--	-	-	
Letras	--	01	01	-	01	-	-	-	
Pedagogia	3	41	44	04	41	--	-	-	
Educação Física	-	03	03	01	02	-	-	-	
Auxiliar administrativo	-	01	01	01	-		-	-	
Agente de serviços gerais	-	13	13	-	-	-	03	08	02
Vigilante	-	04	04	-	-	-	-	-	
TOTAL	4	63	67	06	44	-	03	08	02

Fonte: Recursos Humanos da Prefeitura de Laurentino

Essas preocupações com um ensino de qualidade, com a valorização dos trabalhadores em educação, com a criação de condições dignas de trabalho e com a expectativa de ascensão profissional são necessárias para garantir melhorias no atendimento ao universo de alunos atualmente matriculados nas redes educacionais que atuam no município.

Quando se fala em valorização dos profissionais da educação, trata-se não apenas da questão salarial, mas também de outros eixos e políticas públicas voltadas às condições de trabalho, carreira e remuneração que são fundamentais para o professor desenvolver bem seu trabalho pedagógico.

5. ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para a Educação Infantil e Ensino Fundamental têm sua origem nos impostos tributários do município e em transferências estaduais e federais, como o Salário de Educação, merenda escolar, FUNDEB, Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Exceto os recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) os demais são calculados com base no número de alunos matriculados e informados no censo escolar do ano anterior.

Uma análise do comportamento dos principais grupos de despesas realizadas com os recursos municipais vinculados ao financiamento do ensino permite verificar e planejar base orçamentária para a vigência deste Plano Municipal de Educação, conforme segue:

Tabela 9: Investimento anual do município em educação

INVESTIMENTO	2007	2008	2009	2010	JAN A JUL/2011
%	26,56%	26,88%	30,39%	26,46%	28,23%
R\$	1.484.367,95	1.850.805,84	2.156.401,34	2.100.765,39	1.511.074,54

Fonte: Balanços Consolidado da Prefeitura de Laurentino

Tabela 10: Receitas do município para educação (Convênios e Programas)

RECEITAS (R\$)	2007	2008	2009	2010
FUNDEB	374.615,50	509.949,08	660.816,67	883.360,54
Dinheiro Direto na Escola	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	43.769,79	53.155,42	62.063,15	79.374,79
Programa Nacional do Transporte Escolar (PNATE)	34.804,44	24.930,84	39.204,90	52.491,49
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE e PNAC)	43.736,00	38.649,60	54.256,40	30.720,00
Outras (especificar) Convênio Transp. Escolar Estadual	73.730,44	107.055,73	106.139,19	121.902,00
TOTAL	570.656,17	733.740,67	922.480,31	1.167.848,82

Fonte: Balanços Consolidado da Prefeitura de Laurentino

De acordo com análise o município está cumprindo o que determina a lei, privilegiando sempre melhorias para o bom funcionamento da Educação

6. OBJETIVOS E METAS

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte têm por finalidade coordenar a política municipal da educação, da cultura dos esportes, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação municipal, estadual e federal, bem como satisfazer os anseios da população, promovendo a gestão da democratização escolar através da participação da comunidade nas decisões tomadas. Além disso, deve assegurar um ensino público com qualidade social e a universalização do atendimento na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no ensino Especial e na Educação de Jovens e Adultos, criando condições para que cada escola seja capaz de orientar o seu projeto pedagógico, valorizando a sala de aula como local no qual ocorre a produção intelectual.

O ensino Laurentinense é regido pela lei municipal nº686/98 que dispõe sobre o sistema municipal de educação de Laurentino, este sistema está sendo reformulado em 2011, para se adequar as exigências da nova legislação. O plano

municipal de Laurentino está sendo avaliado e estudado pela câmara de vereadores municipal, e o plano de cargos e salários está aguardando o parecer jurídico para também ser submetido à aprovação da câmara de vereadores de laurentino.

6.1. OBJETIVO GERAL

Elaborar e cumprir políticas públicas em consonância com a legislação estadual e federal organizando de forma sistêmica a educação municipal atendendo assim aos preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, garantindo continuidade e seriedade em todo o trabalho desenvolvido.

6.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reformular e implantar textos legais de forma clara e objetiva, que estejam ao alcance e compreensão de todos.
- Organizar e regulamentar os conselhos de participação e controle social, estimulando, orientando e capacitando os conselheiros para sejam cidadãos ativos na construção e fiscalização de políticas públicas.
- Elaborar o plano municipal de educação, e plano de carreira do magistério público, visando atender as necessidades reais do município.
- Promover cursos de capacitação que estejam ao alcance de toda a comunidade.
- Incentivar a participação dos profissionais do município em cursos oferecidos pela iniciativa pública municipal, estadual ou federal.
- Propiciar melhorias e desenvolvimento de projetos e programas dentro do ambiente escolar abrindo espaço na esfera educacional para parcerias com agricultura, saúde, promoção social, cultura e esporte.
- Construir novos ambientes, com infra-estrutura específica para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que auxiliem na formação do aluno.
- Disponibilizar transporte gratuito e exclusivo para os jovens que desejam freqüentar o curso superior, estimulando o crescimento econômico e sustentável do município

- Oferecer transporte característico aos portadores de necessidades especiais, freqüentadores da APAE e também no ensino regular.
- Incentivar a difusão da cultura de colonização do município, oferecendo curso de língua italiana, com vista a realizar intercâmbio com a Itália

7. COMPROMETIMENTO E RESPONSABILIDADE

Todo início é difícil, mas quando temos um propósito é fácil entender o mecanismo. Estar à frente de uma secretaria, vai muito além do status e do cargo político. É muita responsabilidade e muito trabalho. Objetivos claros e definidos, para garantir a efetividade na educação, com foco e prioridade nas crianças. Nem que pra isso seja preciso muito trabalho e atividades excepcionais que indiretamente afetem o resultado.

7.1. ETAPAS E ROMPIMENTO DE BARREIRAS

Foi realizado um diagnóstico de tudo o que estava em andamento na secretaria, as atividades que estavam funcionando e as que não saíram do papel. Traçado o perfil e feitas considerações resolvemos dividir por etapas. Resolver o que estava pendente e o que precisava ser feito com urgência.

O primeiro passo foi então fazer a adesão ao PAR - Plano de Ações Articuladas, foi contratada uma equipe de consultoria, pois não tínhamos noção do que isso significava e de sua importância. A assessoria da AMAVI foi determinante, mostrando a necessidade de estar em dia com esse trabalho.

7.2. CONSELHOS DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO SOCIAL

A regulamentação dos conselhos junto ao MEC não é tarefa fácil, exige tempo e atenção a pequenos detalhes, em especial o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e o Conselho de Alimentação Escolar. Pra isso tivemos várias reuniões, articulando pessoas que realmente tenham o compromisso com a educação, pois nomes fantasmas não são

interessantes e muito menos produtivos. Queremos sim pessoas que busquem, questionem e fiscalizem o gasto da administração com o dinheiro público, dirigindo sempre para uma educação de qualidade.

7.2.1 Conselho Municipal de Educação – COMED

Conselho Municipal de Educação, está devidamente regularizado pela Lei Municipal Nº 635 de 30 de junho de 1997, bem como o Sistema Municipal de Educação, implantado através da Lei Municipal Nº 686 de 16 de dezembro de 1998.

As reuniões acontecem bimestralmente sendo dedicadas exclusivamente ao debate e reflexão de assuntos educacionais. Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- Analisar leis, decretos e regulamentos relacionados com o ensino, com vistas a sua eficiente aplicação;
- Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à educação e ao ensino;
- Elaborar e aprovar normas e medidas para a organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;
- Determinar medidas que julgar necessárias a melhor solução dos problemas educacionais;
- Emitir pareceres sobre questões de natureza educacional no âmbito da Rede municipal de escolas e demais redes com base nas competências que lhe forem delegadas;

7.2.2 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações da política de atendimento prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Compete ao Conselho:

- Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente;
- Opinar, no orçamento municipal, sobre os programas destinados à criança e adolescente;

- Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no município, que possa afetar as deliberações;
- Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providencia que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município.

7.2.3 Conselhos Escolares

É o órgão colegiado responsável pela gestão da escola, em conjunto com a direção, representado pelos segmentos da comunidade escolar, pais, alunos, professores e funcionários. Funções do Conselho Escolar:

- Consultiva: quando é consultado sobre questões importantes da escola;
- Deliberativa: quando aprova, decide e vota sobre assuntos pertinente às ações da escola nos âmbitos administrativo, pedagógico e financeiro;
- Normativa: quando elabora seu regimento, avalia e define diretrizes e metas de ações pertinentes à dinâmica do processo educativo, para um bom funcionamento da escola;
- Fiscalizadora/avaliativa: quando exerce o papel de controle, ficando subordinado apenas à Assembléia Geral.

O Conselho tem em sua composição doze membros representados pelos segmentos da comunidade escolar assim contemplados: um titular e suplente representantes dos alunos e servidores da educação; dois titulares e dois suplentes representantes dos pais e professores.

7.2.4 Conselho de Alimentação Escolar

O CAE é responsável por toda fiscalização dos recursos recebidos do FNDE, são os conselheiros que verificam se os valores foram realmente aplicados na compra da merenda escolar. Através do CAE a sociedade civil tem efetiva participação nos atos do Estado, o que possibilita a interação e o entendimento de

algumas providências que são tomadas pelas entidades executoras. A composição do CAE em Laurentino é constituída da seguinte forma:

- 2 representantes do poder executivo, com seus respectivos suplentes;
- 2 representantes dos professores, com seus respectivos suplentes;
- 2 representantes dos pais de alunos, com seus respectivos suplentes;
- 2 representantes de entidades civis, com seus respectivos suplentes;

7.2.5 Conselho do FUNDEB

O Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica é responsável por avaliar a prestação de contas, verificando se os procedimentos adotados pelo poder executivo no processo de execução do Fundeb estão coerentes com a legislação do Fundo e encaminhar os problemas e irregularidades identificados às autoridades constituídas, para que sejam adotadas providências cabíveis e aplicadas as penalidades, quando necessárias. É constituído por:

- 1 representante da Prefeitura Municipal, e suplente
- 1 representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e suplente
- 1 representante dos Professores da Educação Básica Pública e suplente
- 1 representante dos diretores das escolas públicas e suplente
- 1 representante dos servidores dos Técnicos Administrativos das Escolas Públicas e suplente
- 2 representantes de pais e alunos da Educação Básica e suplente
- 2 representante dos estudantes da Educação Básica e suplente
- 1 representante do Conselho Municipal de Educação e suplente
- 1 representante do Conselho Tutelar e suplente

7.3 TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar é uma política pública que visa garantir o acesso ao ensino, disponibilizando assim igualdade de condições a todos os níveis sociais.

Laurentino concede transporte aos alunos desde o pré-escolar até o ensino médio, o benefício passou a ser concedido na década de 1990. Em 1998 com o início do processo de nucleação das escolas foram adquiridos novos carros devido ao aumento na demanda.

Atualmente a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, conta com uma frota com: 2 ônibus, 3 micro-ônibus e 1 besta, destes, 5 veículos são usados diariamente, transportando 500 alunos da rede estadual, beneficiados através de convênio com o governo do estado, 300 alunos da rede municipal e cerca de 20 alunos da educação especial que são conduzidos até a APAE de Rio do Sul.

A preocupação com o bem estar do aluno está sempre presente, devido a isso está em andamento o processo de concurso público para o cargo de monitor do transporte escolar, o que garantirá mais eficiência ao percurso e segurança para as crianças.

A manutenção dos veículos e outros gastos referentes ao transporte escolar são realizados utilizando o recurso proveniente do convênio com o estado, da esfera federal através do PNATE, além de recursos próprios da prefeitura.

Tabela 12: Gastos Com Transporte Escolar – 2010

VEÍCULO	Ônibus	Micro Ônibus	Micro Ônibus	Micro Ônibus	Besta
PLACAS	AIS-9652	MAV-8129	MAC-4302	MEN-4959	MAT-3865
Km diário	95,05	130,8	127,95	174,45	239,7
KM MENSAL	1.901	2.616	2.559	3.489	4.794
Litro/km	2,44	3,67	3,912	5,214	7,75
Gasto Diário Combustível	R\$ 78,69	R\$ 71,99	R\$ 66,07	R\$ 67,59	R\$ 62,48
Gasto Mensal Combustível	R\$ 1.573,78	R\$ 1.439,87	R\$ 1.321,37	R\$ 1.351,70	R\$ 1.249,53
Gastos Com Pessoal	R\$ 20.509,28	R\$ 18.857,58	R\$ 25.331,47	R\$ 19.468,98	R\$ 16.590,43
Encargos (INSS)	R\$ 4.361,50	R\$ 4.015,66	R\$ 5.377,90	R\$ 4.136,00	R\$ 3.520,00
Seguro/Dpvat Anual	R\$ 214,55	R\$ 214,55	R\$ 214,55	R\$ 823,55	R\$ 214,55
Licenciamento Anual	R\$ 50,60	R\$ 50,60	R\$ 50,60	R\$ 50,60	R\$ 50,60
Oficina	R\$ 20.066,60	R\$ 23.013,55	R\$ 32.234,25	R\$ 7.652,48	R\$ 14.367,20
Lavação	R\$1.490,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.160,00	R\$ 2.185,00	R\$ 525,00
Lubrificação	R\$ 1.239,00	R\$ 633,00	R\$ 741,60	R\$ 993,04	R\$ 1.013,00
Pneu	R\$ 7.595,00	R\$ 946,00	R\$ 92,00	R\$ 1.252,00	R\$ 1.794,24
TOTAL	R\$ 57.179,00	R\$ 51.442,80	R\$ 67.589,80	R\$ 37.980,94	R\$ 39.387,03
CUSTO POR DIA	R\$ 285,89	R\$ 257,21	R\$ 337,95	R\$ 189,90	R\$ 196,94
CUSTO POR MÊS	R\$ 5.717,90	R\$ 5.144,28	R\$ 6.758,98	R\$ 3.798,09	R\$ 3.938,70
GASTO MENSAL TOTAL				R\$ 25.357,95	

Fonte: Secretaria de Educação, e de Obras, com auxílio do departamento financeiro.

A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, disponibiliza a todos os munícipes que desejarem frequentar o curso superior, transporte com um ônibus exclusivo e gratuito, para as universidades existentes no município de Rio do Sul, assim possibilitando mão de obra qualificada para suprir as necessidades econômicas de Laurentino, criando um mercado de trabalho mais competitivo o que gera aumento na oferta de emprego e renda.

Como se vê o transporte escolar é uma política pública que vem sendo desenvolvida há muito tempo, mas até o ano de 2010 não existia nenhuma forma de regulamentação municipal que pudesse assegurar a continuidade deste importante

trabalho. Pensando nisso foram elaborados e sujeitos a aprovação, textos de regulamentação que se tornaram leis de amparo ao transporte escolar, como segue: Lei nº1102/2010 que “*Institui o serviço público de transporte escolar no município e dá outras providências*”, e Lei nº 1061/2010 que “*Dispõe sobre a concessão de auxílio transporte a estudantes e dá outras providências*”.

Com a redação clara e objetiva essas leis já fundamentaram muitos embates resultantes do mau uso do bem público, assim garantindo que o benefício esteja a serviço da população, funcionando como forma de melhorar a qualidade de vida do laurentinense.

7.4 INFRA-ESTRUTURA E O PENSAR PEDAGÓGICO

Em frentes opostas enquanto trabalhamos os conselhos, a parte burocrática e administrativa de gabinete, fomos fazendo melhorias, no prédio da educação e biblioteca, mas em especial nas unidades com reformas e ampliações. Salas novas requerem mais mobília e em especial mão de obra qualificada, assim tivemos que abrir concurso público, e mesmo assim teste seletivo pra preencher as vagas. Isso é o resultado de uma boa educação e o cumprimento das leis vigentes, destinadas a educação, a LDB é a cartilha a ser seguida. Tivemos um aumento significativo de crianças atendidas pelo centro de educação infantil e na educação básica. Para dar assistência pedagógica, efetivamos profissionais na área de nutrição e orientação pedagógica, inclusive monitor escolar para trabalhar no transporte de alunos.

Nosso trabalho é constante, nunca paramos, pois sempre estamos evoluindo, hoje uma sala amanhã, uma quadra. A demanda de crianças, sobretudo infantil esta crescendo muito por isso estamos com um novo centro de educação infantil em construção.

Melhorias físicas são boas e bem vindas, mas o que realmente faz a diferença é o pedagógico. Digo sempre, “não adianta estar dentro de uma vitrine linda e maravilhosa se não se tem conteúdo e se não se for feliz”. Deixar um profissional feliz é dar a ele as condições necessárias para que trabalhe com dignidade, para desenvolver todo seu potencial. Estar num ambiente legal, com

peessoas que apóiem e estimulem a criatividade, assessorando com formação continuada e em especial com a sua progressão na carreira.

7.5 PARTICIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO – A TEORIA EM FAVOR DA PRÁTICA

Não é simplesmente fazer uma lei para sanar um problema. É desenvolver essa lei planejando e projetando toda e qualquer consequência futura. É necessário fazer mais do que algo paliativo, é preciso repensar e fazer algo que não se torne um problema. Está em tramitação na Câmara de Vereadores o plano municipal de educação e também o plano de carreira. A secretaria de educação está sempre preocupada com as questões legais e também no que é necessário para o bom desenvolvimento das atividades educacionais.

O objetivo em 2011 é refazer o sistema municipal de ensino e implantar o plano de carreira. Desde o início da administração foram implantados os conselhos escolares em todas as unidades de ensino, organizado e monitorado o PAR, constituído os novos conselhos dando continuidade ao já existente Conselho FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar e Conselho Municipal de Educação.

Chamamos todos os profissionais da educação para elaboração do projeto político pedagógico dos centros de educação infantil e do estudo e reformulação do PPP da escola municipal. Foram realizados estudos dirigidos das diretrizes curriculares do ensino fundamental e da educação infantil, sendo que estes tiveram ajuda muito significativa do FREIAVI, Fórum Regional Educação Infantil do Alto Vale do Itajaí. O CONAE Conferência Nacional de Educação, fórum nacional da educação. Participamos da comemoração dos 10 anos do FREIAVI fazendo um encontro para todos os profissionais envolvidos com a participação de palestrante e contação de histórias.

7.5.1 Descontração e Construção – Ampliando Horizontes

Aos profissionais da educação a administração municipal esteve sempre apoiando à formação e especialização, amparando a participação em cursos e com capacitação dirigida em vários setores.

Uma educação de qualidade não trabalha só com a teoria, mas também traz aos profissionais momentos de descontração e aprendizagem. Com a parceria feita entre as demais secretarias, desenvolvemos atividades e cursos na área de música, brinquedos, contação de histórias, jogos, além de passeios voltados a literatura. Participação na FLIP Feira Literária Internacional De Paraty com direito a palestras, mesas redondas e interação entre escritores mundialmente conhecidos. Um conhecimento que vai além do teórico, pois todos os professores voltaram encantados e motivados para adaptar o conhecimento adquirido e também tudo o que vivenciaram na “flipinha” e na “flipzona” (feira infantil e feira teatral e shows)

Oportunizar momentos de descontração e descobertas aos professores reflete na prática da sala de aula. Pois sempre que o profissional se depara com conhecimentos novos e idéias diferentes da sua, ele incorpora algum aprendizado e amplia sua visão para o todo, muito além das quatro paredes.

7.6 PROGRAMAS E PARCERIAS

Com a parceria do FNDE Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação, fizemos a adesão ao FORMAÇÃO PELA ESCOLA, o programa tem como objetivo esclarecer e expor aos profissionais que trabalham na educação bem como toda comunidade, os recursos disponibilizados pelo governo federal em cada setor, dando um embasamento teórico e legal de onde vem e como pode ser gerido esses recursos repassado aos municípios através dos convênios.

Durante o decorrer do ano foi firmada uma parceria com o Instituto de Especialização IPGEX de Joinville, que ministra aulas para Especialização em Contação de Histórias e Literatura intanto-juvenil na Educação Básica, além de disponibilizar o espaço a secretaria de Educação, Cultura e Esporte, proporciona ajuda de custo para todos os profissionais efetivos do município que frequentarem o curso.

8. GESTÃO, CONSCIÊNCIA E COMPROMETIMENTO

Quanto à gestão da educação o município está em conformidade com a legislação vigente, com relação à responsabilidade municipal, no que diz respeito aos níveis de ensino. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte coordena, em sua rede municipal de ensino, a Educação Infantil com 2 Centros de Educação Infantil e o Ensino Fundamental, através de 1 unidade escolar.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, está localizada na Rua Severino Avi, 164 na Casa da Cultura próximo ao Ginásio Hermínio Girardi, necessitando de algumas melhorias em termos de ampliação de espaço físico, bem como de recursos humanos especializados nas áreas administrativa, financeira e estatística.

Tecnologicamente, para atender o desenvolvimento dos trabalhos de gerenciamento, junto às unidades, sob a sua jurisdição, a secretaria conta com microcomputadores, disponibilizados nos seus setores, visando à formulação de documentação específica e reprodução de atividades a serem trabalhadas pelos gestores escolares.

Equipamentos como aparelho de televisão, videocassete, DVD, gravador, máquina fotográfica, data-show e retroprojektor são disponibilizados ao setor, fazendo parte de seu acervo. Outros equipamentos tecnológicos, necessários ao desempenho de atividades correlatas ao atendimento gerencial, são disponibilizados por outros setores da Prefeitura Municipal.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estruturar a educação de forma sistemática, para obtermos um desenvolvimento igualitário é o um grande objetivo. Já nos primeiros textos legais ambicionava-se garantir acesso e igualdade de direitos a todos os cidadãos, é regularizando e estabelecendo critérios que se torna possível alcançar esses objetivos.

Para que sejam cumpridas todas as metas cada vez mais estão sendo construídos conselhos de acompanhamento social, com intuito de envolver e responsabilizar a sociedade pelo tipo de cidadãos que estamos formando.

Educação sistemática é muito mais que um conjunto de normas e textos legais aprovados e elaborados diante da sociedade. Devemos entender a educação como uma política pública de transformação social.

Desempenhar a função de gestor é uma tarefa que exige imensa responsabilidade e comprometimento, e é seguindo diretrizes como essas que vem sendo desenvolvido um trabalho sério, voltado a atender as necessidades educacionais dos munícipes.

Participar, elaborar e discutir as metas, é muito mais que um direito é com toda certeza dever, principalmente dos profissionais da educação. É conhecendo nossos deveres e cumprindo-os que torna-se possível cobrar nossos direitos.